

Fls.

Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Autor: OI MÓVEL S.A.
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION
Interessado: GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A.
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A
Perito: RIO BRANCO SP CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Representante Legal: MARCELO CURTI
Interessado: SOCIÉTÉ MONDIALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Ricardo Lafayette Campos

Em 16/07/2018

Despacho

- 1- Fls. 313.561 (Pet. OI): Intime-se como requerido, devendo a apresentação dos referidos documentos ocorrer no prazo de 10 dias.
- 2- Fls. 313.595/313.795 (Pet. Antônio Duarte Vieira de Aguiar): Trata-se de pedido de cumprimento de sentença formulado dentro dos autos da recuperação judicial da executada, após o encerramento da referida fase nos autos da ação originária. Com efeito, não há previsão legal no sentido de que a fase de cumprimento de sentença seja realizada nos autos da recuperação judicial, mas apenas entendimento jurisprudencial no sentido de que a este juízo compete a realização e supervisão da prática de atos de constrição em relação aos bens da devedora, restando, portanto, desde já, rejeitar o pedido por falta de amparo legal. Esclareço, contudo, que o credor de crédito concursal, cuja origem deriva de sentença judicial, deve promover - caso ainda não conste seu crédito na lista de credores - a devida habilitação do seu crédito, na forma prevista no art. 9º e ss. da Lei 11.101/2005, ainda que em caráter retardatário. Para tanto, deve o referido credor, munido da devida certidão de crédito exarada pelo juízo de origem ingressar por dependência - em autos autônomos - com o referido pedido, de modo que seja seu crédito

verificado e declarado apto a ingressar na relação de credores. Deste modo, aguarde-se o regular ingresso deste pedido.

3- Fls. 313.796/313.797: Cuida-se de Certidão de crédito exarada em favor de Benta da Silva de Azevedo, a qual isoladamente não tem o condão de possibilitar a verificação e habilitação do crédito declarado, devendo a interessada, por meio de procurador bem constituído, promover a habilitação retardatária do crédito, por meio de procedimento autônomo distribuído por dependência, nos termos do artigo 9º e ss. da Lei 11.101/2005, eis que isso não pode ocorrer ex-offício. Com efeito, aguarde-se a devida formulação do requerimento.

4- Fls. 313.798/313.832 (Pet. ANTIGOME LLC e TEMIS, INC): Aguarde-se a manifestação do administrador judicial sobre os questionamentos, conforme já determinado no item 6, de fls. 311.560.

5- Fls. 313.833/313.835 (Pet. Jean Luiz Andrade Magalhães): Cristiane Ramos de Oliveira): A satisfação do crédito ocorrerá nos termos e moldes ajustados no Plano de Recuperação Judicial, cujo termos é de conhecimento de todos.

6- Fls. 313.836/313.886 (Pet. Jean Luiz Andrade Magalhães): Diante dos novos esclarecimentos prestados é possível perceber que o crédito em questão é efetivamente extraconcursal, e que, a fase de cumprimento da sentença está suspensa, acertadamente na fase da constrição judicial, conforme despacho proferido em 01/06/2018. Deste modo, a única impropriedade verificada é a de que não foi enviado ofício pelo juízo da execução pugnando pela constrição de valores para garantia do pagamento do crédito, o que ora dispense, determinando que o cartório envie ao Administrador Judicial os documentos de fls. 313.839/313.885, a fim de que proceda nos termos do despacho que determinou a forma de garantia dos créditos extraconcursais. Oficie-se ao juízo da execução comunicando a determinada penhora de valor, solicitando que o feito aguarde o competente depósito em garantia, que será realizado pela própria executada.

7- Fls. 313.886/314.267 (Pet. OI): Ao administrador judicial.

8- Fls. 314.268/314.318 (Pet. Geraldo Medina da Silva): Cuida-se ação obrigação de fazer c/c com pedido indenizatório, dirigida em face de uma das empresas, aqui em recuperação judicial. A formulação de ação de conhecimento dirigida ao Juízo da Recuperação Judicial, e dentro dos autos do processo recuperacional não encontra respaldo legal dentro do ordenamento jurídico, pelo que deixo de recebe-la. Ademais, esclareço, que nem mesmo compete ao juízo desta Vara Especializada receber este tipo de questão, visto que na recuperação judicial não se falar em juízo indivisível, como previsto nos casos de falência pelo art. 76 da Lei 11.101/2005.

9- Fls. 314.319/314.320 (Pet. OI): Ao cartório para atender ao requerido.

10- Fls. 314.321/314.335 (Pet. Zeinal Abedin Mahomed Bava): Digam as devedoras. Após, manifestem-se o administrador judicial, seguido pelo MP.

11- Fls. 314.336/314.342 (Pet. César Pedrosa Oliveira e Outro): Diga o administrador judicial.

12- Fls. 314.343/314/433 (Pet. OI): Não cabe ao juízo da recuperação judicial, se contrapor às decisões proferidas em face de outros órgãos jurisdicionais, em especial, de instância superior. Muito embora seja cediço por todos o entendimento majoritário do STJ, no sentido de que compete ao juízo da recuperação judicial a prática e supervisão de atos de constrição judicial de bens ou ativos das sociedades empresárias em recuperação judicial, não compete, como dito, a este juízo cassar ou obstar o cumprimento de decisões judiciais conflitantes a esse entendimento,

havendo neste caso, a oportunidade das devedoras apresentarem Conflito de Competência, com em várias outras oportunidades assim já o fizeram. Isso posto, apenas para ciência do nobre colega da 4ª Vara Cível da Comarca de Brasília, oficie-se informando qual é o entendimento deste juízo da recuperação quanto à concursabilidade ou não dos créditos em relação à recuperação judicial.

13- Fls. 314.434/314.471 (Pet. Sonda Procwork Informática e Outros): Indefero, nos termos do já decido no item XIX de fls. 89.523.

14- Fls. 314.472/314.637 (Pet. Bratel): Digam as devedoras.

15- Fls. 314.638 (Pet. Ol.): Ciente da concordância expressada pelas devedoras, quanto a participação dos requerentes como ouvintes da mediação, contudo, nada a prover por ora, haja vista o lançamento de decisão anterior suspendo o ato.

16- Fls. 314.639/314.653 (Pet. UNIÃO): Ciente da interposição do agravo de instrumento. Destarte, considerando que a interlocutória desafiada pelo recurso em tela, ao menos no plano da motivação e fundamentação, está em consonância com a exigência inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, esclareço que a decisão agravada está mantida por este juízo. Aguarde-se eventual pedido de informações.

17- Fls. 314.654/314.655 (Pet. Administrador Judicial): Cuida-se apenas da ciência de determinações já proferidas, pelo que, nada a prover.

18- Fls. 314.656/314.657 (Pet. Adelino Sacramento dos Santos): Digam as devedoras e Administrador Judicial.

19- Fls. 314.658/314.687 (Pet. Silver Point Luxembourg): Digam as devedoras.

20- Fls. 314.688/314.687 (Pet. Goldentree e Outros): Defiro o prazo requerido. Intimem-se.

21- Fls. 314.691/314.696 (Promoção MP): (Sobre o item 1) A questão já foi solucionada, uma vez que a diferença de valores foi justificada diante da necessidade do desconto para recolhimento de impostos obrigatórios; (sobre o item 3) aguarde o cumprimento pela AIDMIN do determinado no item 1 do presente despacho, após ao administrador judicial; (sobre o item 8) O juízo já reconheceu o ingresso requerido pelo Credor Marble; (sobre o item 12) O pedido de intimação já foi deferido; (sobre o item 19) pedido já deferido.

22- Fls. 314.698/314.701 - EMBARGOS DECLARAÇÃO DO MP DECISÃO DE FLS. 311.437/311.442 -

Cuida-se de Embargos de Declaração propostos pelo Ministério Público em face da decisão que, acolhendo novo pedido das recuperandas, estendeu os efeitos da decisão de fls. 298.568/298.579, para conceder as suas participações em novos certames licitatórios.

Alega o MP haver obscuridade, pois ao acolher integralmente o pedido foi integralizada a anterior decisão a expressão "ou de outras regras de natureza similar", a qual não estava contida no pedido inicial analisado e deferido, e que, se mantida, pode gerar interpretação extensiva e genérica.

Assiste razão ao Parquet.

Isto porque, a fundamentação das decisões proferidas a toda evidência, objetivaram resguardar a participação das devedoras em processos licitatórios, independentemente do alcance dos critérios

de verificação econômico-financeira.

Destarte, ao incluir ao novo pedido expressão genérica, mesmo que seja para resguardar situações similares, pode esta sim acarretar obscuridades e interpretações difusas, que a decisão concessiva, que excepciona regra legal, não deve conter.

Isso posto, recebo os Embargos eis que tempestivos, e dou-lhes provimento, para subtrair da concessão autorizativa da participação em processo de licitação, a expressão "ou de outras regras de natureza similiar", mantida os demais termos.

Oficie-se aos órgãos citados na decisão vergastada, comunicando.

23- Fls. 314.702/314.706 (Ofício Juizado Especial Cível de Gurupi): Oficie-se esclarecendo as seguintes situações. 1) Como concursais este juízo considera todos os créditos, cujos fatos jurídicos que desencadearam as lides seja anterior a distribuição do pedido de recuperação, este ocorrido em 20/06/2016, ainda que a sentença ou o trânsito em julgado sejam posteriores a essa data, isso baseado na jurisprudência mais atual do STJ que tem adotado essa posição para declarar a concursalidade dos créditos perante a recuperação judicial (Resp 1.447.918 e 1.634.046); 2) como extraconcursais, por conseguinte, ficam os créditos nas condições acima excetuadas; 3) com relação aos valores depositados em situações de créditos concursais, se estes não estiverem excetuados na forma da decisão proferida nos autos do agravo de instrumento 0034576-58.2016.8.19.0000, deverão os mesmos serem levantados pelas devedoras diretamente, 4) nas constrições realizadas para satisfação de créditos extraconcursais deverá haver comunicação a este juízo, para fins de autorização de sua liquidação, uma vez que há procedimento visando organizar e deferir o depósito de valores em garantia desses créditos, de acordo com a ordem de chegada das solicitações a este juízo. Instrua-se o ofício com os Aviso TJ 22, 23 e 37.

24- Fls. 314.725/316.397 (Pet. autores diversos pedidos de habilitações/impugnações) Cuidam-se de habilitações e Impugnações retardatárias nas quais os credores interessados devem observar a forma correta para o ingresso do pleito, assim definido no despacho procedimental de fls. 199.000/199.001. Com efeito, ingressem os interessados corretamente com os pedidos.

25- Fls.316.399/316.417 (Pet. José Pedro Gomes do Nascimento): O acordo firmado na mediação dos créditos até R\$50.000,00, prevê que o restante do valor se dará na forma do Plano de Recuperação, o que está em via de acontecer como ajustado.

26- Fls. 316.418/316.420 (Pet. Rogerio Barbosa Júnior): Promova o credor sua habilitação retardatária na forma prevista no art. 9º e ss. da Lei 11.101/2005, observado a forma procedimento para o ingresso do procedimento de acordo com o despacho de fls. 199.000/199.001.

27- Fls. 316.421/316.428 (Pet. AMDOCS LTDA): As devedoras em outras oportunidades esclareceram que o valor depositado a menor, se deve em razão da obrigatória retenção de impostos, explicação plausível, cabendo a credora buscar maiores detalhes da retenção diretamente com as devedoras.

28- Fls. 316.430/316.435 (Ofício): Ciência da r. decisão.

29- Fls. 316.480/316.546 (Parecer Ministerial):

- Dos Embargos - Esclareço que foram os Embargos informados juntados e decididos.

- Desentranhamento de peças - Indeferido, pois é prudente manter as peças encartadas de modo que seus subscreverem tenham conhecimento de que foram indevidamente apresentadas, na forma dos despachos neste sentido exarados.

- Penhoras e Créditos Concursais - Muito embora assista razão ao Parquet no que tange a falta previsão legal quanto à imposição para habilitação dos créditos retardatários, igualmente não há previsão legal, esgotada a fase administrativa de apuração (§ 1º do art. 7º), para que as habilitações sejam conhecidas ex-offício pelo administrador, não cabendo assim a ele agir, diante de direito inegavelmente disponível do credor. Com efeito, mantendo as determinações já passadas ao administrador, perante os referidos pedidos.

- Pet. Júlio César de Marchi - A questão já foi decidida, inclusive em sede de Embargos Declaratórios.

- Fls. 311.506/311.531 - Proceda-se na forma do despacho anteriormente já proferido.

- Fls. 311.566/311.588 Globenet - Manifeste-se o administrador judicial.

- Fls. 311.591/311.596 - A questão já foi apreciada nos termos da decisão contida no item 9, ii de fls. 311.656.

- Fls. 311.597/311.600 - No aguardo dos esclarecimentos das devedoras, conforme já determinado.

- Fls. 311.669/311.727 - No aguardo das manifestações das devedoras e administrador judicial, como já determinado.

- Fls. 311.728/311.858 - Aguarde-se o administrador judicial manifestar-se.

30- Fls. 316.480/316.482 (Pet. Fabrício Natal): Às devedoras.

31- Fls. 316.483/316.503 (Pet. OI): Cuida-se de pedido para que sejam prestadas informações deste juízo da recuperação judicial, ao juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, no que diz respeito a possibilidade do levantamento de valores diretamente nos autos das ações singulares movidas em face das devedoras, nos casos em que se procedeu a mediação nos termos deliberados no Plano. Pois bem. Consta efetivamente do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, a possibilidade de as devedoras mediarem, com vista a tornar líquidos, créditos litigiosos ainda sem liquidez, tudo conforme previsto na Cláusula 4.8. Tal procedimento foi devidamente autorizado e teve sua realização formalizada nos termos da decisão de fls. 298/639/298.642, Item 1, estando, portanto, essa dentro do plano da existência, validade e eficácia exigidas na realização dos negócios jurídicos. Assim, sendo eficaz e válido o ato realizado, acertadamente se manifestou o administrador judicial nos autos da ação de conhecimento, reconhecendo a possibilidade do levantamento do depósito judicial, na forma solicitada pelas partes, uma vez que o pedido foi estipulado com base na forma de pagamento contida na cláusulas 4.3.2 do PRJ (pagamento de créditos quirografários Depósitos Judiciais), com observância dos índices de deságio contidos na Cláusula 4.3.2.1, não havendo assim qualquer óbice por parte deste juízo para conhecimento e deferimento do pedido. Com efeito, oficie-se, comunicando.

32- Fls. 316.504/316.534 (Pet. Administrador Judicial): Ciente da apresentação do RMA referente ao mês de maio de 2018. Aos interessados.

33- Fls. 316.535/316.611 (Pet OI):

- Sobre fls. 299.057/299.087 e 31.566/311.588 - Aguarde-se a manifestação do administrador judicial, como já determinado.

- Fls. 311.597/311.600 - Ao credor Netcraker Technology sobre os esclarecimentos prestados, no que tange a retenção obrigatória dos impostos.

34- Fls. 316.612/316.614 (Pet. do A.J.): Diante dos esclarecimentos prestados pelo Administrador Judicial aos requerimentos declinados, diga agora o MP.

Rio de Janeiro, 20/07/2018.

Ricardo Lafayette Campos - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Ricardo Lafayette Campos

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4XUN.V33B.FXC4.H122**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos